



Patrimônio Cultural Inclusivo: Desafios e Oportunidades para Acessibilidade

Graziella Praça Orosco de Souza

Pós-Doutoranda, PPGAU-UNIVAG e UNESP, Brasil

grazaorosco@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7366-1078>

Fernando Lopes da Silva

Professor Mestre, UNESP, Brasil

fernandoeducar.educar@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2901-3089>

Neide Barrocá Faccio

Professora Livre-Docente, UNESP, Brasil

neide.faccio@unesp.br

<https://orcid.org/0000-0003-1749-4898>

Sandra Medina Benini

Professora Doutora, PPGAU-UNIVAG, Brasil

sandra.benini@univag.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-7109-8717>

Submissão: 19/10/2024

Aceite: 08/12/2024

SOUZA, Graziella Praça Orosco de; SILVA, Fernando Lopes da; FACCIO, Neide Barrocá; BENINI, Sandra Medina.

Patrimônio Cultural Inclusivo: Desafios e Oportunidades para Acessibilidade. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, [S. l.], v. 20, n. 5, 2024. DOI: [10.17271/1980082720520245339](https://doi.org/10.17271/1980082720520245339). Disponível

em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/forum_ambiental/article/view/5339

Licença de Atribuição CC BY do Creative Commons

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Patrimônio Cultural Inclusivo: Desafios e Oportunidades para Acessibilidade

RESUMO

Objetivo: Este estudo tem como objetivo analisar as estratégias de acessibilidade implementadas pelo Museu de Arqueologia Regional (MAR), evidenciando como essas ações podem ampliar o acesso ao patrimônio cultural e servir como modelo para outras instituições. Busca-se demonstrar a relevância de práticas inclusivas na promoção da equidade e na valorização da diversidade cultural.

Metodologia: A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, utilizando o método dedutivo. Os dados foram coletados por meio de revisão bibliográfica, análise documental e experimentação, com foco em materiais institucionais, relatórios de projetos, publicações acadêmicas relacionadas às iniciativas do MAR, bem como a implementação de adequações às ações realizadas. A análise foi conduzida com base em abordagens interpretativas, considerando as dimensões físicas, sociais e simbólicas do patrimônio cultural.

Originalidade/relevância: Este trabalho aborda um gap teórico importante ao explorar como práticas acessíveis podem ser integradas à gestão cultural. A temática é relevante no campo acadêmico por articular acessibilidade, inclusão e patrimônio cultural, oferecendo uma análise prática e inovadora por meio do estudo de caso do MAR.

Resultados: Os resultados indicam que as iniciativas do MAR, como exposições táteis, oficinas adaptadas e treinamentos de equipes, ampliaram significativamente o acesso ao patrimônio cultural e promoveram a inclusão de públicos historicamente marginalizados. Essas ações demonstram como a acessibilidade pode ser integrada de forma eficaz à gestão cultural, fortalecendo o impacto social das instituições.

Contribuições teóricas/metodológicas: O estudo contribui ao demonstrar a viabilidade de práticas acessíveis e sua replicabilidade em diferentes contextos. Além disso, reforça a importância da inclusão como um eixo central na gestão de espaços culturais, ampliando a compreensão teórica sobre a relação entre acessibilidade e patrimônio cultural.

Contribuições sociais e ambientais: As ações analisadas no MAR promovem inclusão social ao democratizar o acesso à cultura, fortalecendo os laços comunitários e valorizando a diversidade. Adicionalmente, destacam-se os benefícios para a preservação do patrimônio cultural como um recurso sustentável e acessível para gerações futuras.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade cultural. Inclusão social. Gestão do patrimônio.

Inclusive Cultural Heritage: Challenges and Opportunities for Accessibility

ABSTRACT

Objective: This study aims to analyze the accessibility strategies implemented by the Regional Archaeology Museum (MAR), highlighting how these actions can enhance access to cultural heritage and serve as a model for other institutions. The study seeks to demonstrate the relevance of inclusive practices in promoting equity and valuing cultural diversity.

Methodology: The research adopts a qualitative approach with an exploratory and descriptive nature, using the deductive method. Data were collected through a literature review and document analysis, focusing on institutional materials, project reports, and academic publications related to the MAR's initiatives. The analysis was conducted based on interpretative approaches, considering the physical, social, and symbolic dimensions of cultural heritage.

Originality/relevance: This work addresses a significant theoretical gap by exploring how accessible practices can be integrated into cultural management. The topic is academically relevant for articulating accessibility, inclusion, and cultural heritage, offering a practical and innovative analysis through the MAR case study.

Results: The findings indicate that MAR's initiatives, such as tactile exhibitions, adapted workshops, and team training, significantly expanded access to cultural heritage and promoted the inclusion of historically marginalized groups. These actions demonstrate how accessibility can be effectively integrated into cultural management, strengthening the social impact of institutions.

Theoretical/methodological contributions: The study contributes by demonstrating the feasibility of accessible practices and their replicability in different contexts. Additionally, it emphasizes the importance of inclusion as a central axis in the management of cultural spaces, broadening the theoretical understanding of the relationship between accessibility and cultural heritage.

Social and environmental contributions: The actions analyzed at MAR promote social inclusion by democratizing access to culture, strengthening community ties, and valuing diversity. Additionally, they highlight the benefits of preserving cultural heritage as a sustainable and accessible resource for future generations.

KEYWORDS: Cultural accessibility. Social inclusion. Heritage management.

Patrimonio Cultural Inclusivo: Desafíos y Oportunidades para la Accesibilidad

RESUMEN

Objetivo: Este estudio tiene como objetivo analizar las estrategias de accesibilidad implementadas por el Museo de Arqueología Regional (MAR), destacando cómo estas acciones pueden ampliar el acceso al patrimonio cultural y servir como modelo para otras instituciones. El estudio busca demostrar la relevancia de las prácticas inclusivas en la promoción de la equidad y la valoración de la diversidad cultural.

Metodología: La investigación adopta un enfoque cualitativo de naturaleza exploratoria y descriptiva, utilizando el método deductivo. Los datos se recopilaron mediante una revisión bibliográfica y un análisis documental, con énfasis en materiales institucionales, informes de proyectos y publicaciones académicas relacionadas con las iniciativas del MAR. El análisis se llevó a cabo con base en enfoques interpretativos, considerando las dimensiones físicas, sociales y simbólicas del patrimonio cultural.

Originalidad/relevancia: Este trabajo aborda un importante vacío teórico al explorar cómo las prácticas accesibles pueden integrarse en la gestión cultural. La temática es relevante en el ámbito académico por articular accesibilidad, inclusión y patrimonio cultural, ofreciendo un análisis práctico e innovador a través del estudio de caso del MAR.

Resultados: Los resultados indican que las iniciativas del MAR, como exposiciones táctiles, talleres adaptados y capacitación de equipos, ampliaron significativamente el acceso al patrimonio cultural y promovieron la inclusión de grupos históricamente marginados. Estas acciones demuestran cómo la accesibilidad puede integrarse de manera eficaz en la gestión cultural, fortaleciendo el impacto social de las instituciones.

Contribuciones teóricas/metodológicas: El estudio contribuye al demostrar la viabilidad de prácticas accesibles y su replicabilidad en diferentes contextos. Además, refuerza la importancia de la inclusión como un eje central en la gestión de espacios culturales, ampliando la comprensión teórica de la relación entre accesibilidad y patrimonio cultural.

Contribuciones sociales y ambientales: Las acciones analizadas en el MAR promueven la inclusión social al democratizar el acceso a la cultura, fortaleciendo los lazos comunitarios y valorando la diversidad. Además, destacan los beneficios para la preservación del patrimonio cultural como un recurso sostenible y accesible para las generaciones futuras.

PALABRAS CLAVE: Accesibilidad cultural. Inclusión social. Gestión del patrimonio.

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade no patrimônio cultural emerge como um tema de grande relevância no cenário contemporâneo, alinhado aos compromissos globais de inclusão social e promoção de direitos humanos. Reconhecida como um instrumento essencial para ampliar o acesso a bens culturais, a acessibilidade transforma os espaços culturais em ambientes democráticos, garantindo que o patrimônio seja compartilhado por todos. Este estudo evidencia a acessibilidade como um vetor de inovação e inclusão, analisando detalhadamente as práticas do Museu de Arqueologia Regional (MAR), que exemplifica ações bem-sucedidas nesse campo.

A justificativa para esta pesquisa reside na necessidade de superar as barreiras históricas que restringem o acesso universal ao patrimônio cultural, especialmente para grupos marginalizados. Ao evidenciar as práticas do MAR, busca-se demonstrar como a acessibilidade pode ser implementada de forma integrada, promovendo transformação social e fortalecendo o papel das instituições culturais como agentes inclusivos e democráticos.

O objetivo deste texto é apresentar e discutir as estratégias de acessibilidade desenvolvidas no MAR, analisando como essas ações podem ser incorporadas ao planejamento e à gestão de espaços culturais. Além disso, o estudo visa ressaltar a importância de práticas inclusivas para a valorização do patrimônio cultural como recurso coletivo e democrático.

A metodologia adotada caracteriza-se como qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva. O método dedutivo foi utilizado para guiar a análise do caso específico do MAR, permitindo uma compreensão detalhada de suas práticas e a identificação de princípios replicáveis em outros contextos. A coleta de dados baseou-se em revisão bibliográfica, análise documental e experimentação, incluindo materiais institucionais, relatórios e publicações acadêmicas relacionadas às ações do museu, bem como a implementação de adequações a ações de educação patrimonial propostas pela instituição museológica. Esses dados foram organizados para mapear as principais iniciativas e os desafios enfrentados na promoção da acessibilidade.

Para a análise dos dados, foram aplicadas abordagens interpretativas que consideram a relação entre os aspectos físicos, sociais e simbólicos do patrimônio cultural. Essa perspectiva possibilitou avaliar como as práticas do MAR refletem as demandas contemporâneas por inclusão e acesso universal, evidenciando suas inovações e contribuições no campo cultural. O rigor metodológico foi assegurado pela triangulação das fontes e pela articulação das informações com as diretrizes da acessibilidade cultural, conferindo solidez às conclusões apresentadas.

O texto está estruturado em quatro seções que oferecem uma análise detalhada e abrangente do tema. A primeira seção, Fundamentos Teóricos, estabelece a base conceitual necessária para compreender a evolução do conceito de patrimônio cultural e suas interseções com acessibilidade e inclusão. Essa seção aborda transformações históricas e o papel ampliado do patrimônio, abrangendo elementos tangíveis e intangíveis e destacando a inclusão como um eixo central na gestão cultural contemporânea.

A segunda seção examina os Desafios para a Acessibilidade no Patrimônio Cultural, com foco em barreiras enfrentadas por instituições culturais, incluindo limitações

arquitetônicas, físicas, cognitivas e sociais. A seção discute as tensões entre a preservação de valores históricos e a adequação necessária para tornar os espaços mais acessíveis, propondo soluções criativas e colaborativas como formas de superar esses desafios.

Na terceira seção, intitulada Estudo de Caso do Museu de Arqueologia Regional (MAR), são analisadas detalhadamente as práticas inclusivas desenvolvidas pela instituição, realizadas no âmbito desta pesquisa. Essa seção explora as iniciativas do MAR, como exposições táteis, oficinas adaptadas e treinamento de equipes, evidenciando o impacto positivo dessas ações na democratização do acesso à cultura. O estudo destaca como o MAR integra a acessibilidade em sua estratégia institucional, apresentando-se como um modelo replicável e adaptável a outros contextos.

A quarta seção, Conclusão, sintetiza os principais resultados e contribuições do estudo, demonstrando como o caso do MAR exemplifica a viabilidade de integrar a acessibilidade ao planejamento estratégico das instituições culturais. Além disso, são propostas direções para futuras pesquisas que aprofundem a relação entre patrimônio cultural e inclusão, incentivando práticas mais amplas e colaborativas.

Por fim, o texto apresenta uma visão abrangente sobre a acessibilidade no patrimônio cultural, destacando a análise do MAR como um exemplo concreto de inovação e impacto social. Ao promover a acessibilidade como um eixo estruturante das políticas e práticas culturais, o estudo reforça a importância de transformar o patrimônio cultural em um recurso verdadeiramente inclusivo, enriquecendo a experiência cultural de todos os públicos e promovendo uma sociedade mais equitativa.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

O conceito de patrimônio cultural transcende sua associação inicial com bens materiais de valor histórico e artístico, como monumentos e obras de arte, que predominou durante o século XIX, especialmente na tradição ocidental (Choay, 2001). Essa perspectiva inicial, centrada em uma visão elitista e monumentalista, foi progressivamente ampliada ao longo do século XX, permitindo a inclusão de elementos naturais, culturais e práticas comunitárias que reforçam o papel das comunidades na definição e na vivência do que é considerado patrimônio (Unesco, 1972, 2003). Essa evolução reflete o reconhecimento de que o patrimônio cultural é, essencialmente, uma construção social, cujos significados variam conforme os contextos históricos, sociais e institucionais em que estão inseridos. Ao integrar aspectos tangíveis e intangíveis, naturais e culturais, o conceito promove uma compreensão dinâmica e pluralista que é fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa (Poulot, 2009; Lowenthal, 2005).

O avanço das normativas internacionais, como a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (Unesco, 2003), reforça essa perspectiva ao destacar que práticas culturais, representações e expressões são elementos importantes para a manutenção da identidade comunitária. Segundo Heinich (2014), o processo de "artificalização" é central para compreender a transformação de bens culturais em elementos patrimoniais, conferindo-lhes novos significados e status sociais. Essa transformação é particularmente relevante quando

alinhada às demandas por acessibilidade e inclusão, que ampliam o público alcançado e promovem maior equidade.

No cenário contemporâneo, a acessibilidade universal desponta como um elemento essencial para garantir que o patrimônio cultural seja verdadeiramente inclusivo. Segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), ratificada no Brasil pelo Decreto nº 6.949/2009, a acessibilidade é um direito humano fundamental que visa assegurar a igualdade de oportunidades e a participação plena na sociedade. Essa abordagem amplia o conceito de acessibilidade, indo além da eliminação de barreiras arquitetônicas para incluir dimensões sensoriais, comunicacionais e cognitivas. No contexto cultural, ela se torna indispensável para que pessoas com deficiência tenham acesso pleno não apenas a serviços essenciais, mas também à riqueza de experiências culturais que contribuem para sua formação cidadã e fortalecimento identitário (Brasil, 2009).

No que se refere à acessibilidade em museus¹, diversas leis e normas apoiam a acessibilidade no patrimônio cultural em diferentes países. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), adotada pela ONU, estabelece que todos têm o direito de acessar a cultura e a educação, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades. Essa convenção destaca a importância do respeito à autonomia, à independência e à dignidade inerente de todas as pessoas, reforçando que a acessibilidade deve ser vista como um direito humano fundamental (ONU, 2006).

No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, assegura o direito à acessibilidade em todos os ambientes, incluindo o patrimônio cultural, e estabelece diretrizes para a adaptação de espaços públicos e privados. Essa legislação, em seu Art. 53, prevê que “a acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social” (Brasil, 2015). Além disso, o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) inclui a acessibilidade como um direito dos consumidores, abrangendo serviços e produtos oferecidos por instituições culturais, reforçando a necessidade de ações concretas que assegurem o acesso igualitário (Brasil, 1990).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) também desempenha um papel essencial ao estabelecer padrões para acessibilidade, como a NBR 9050, que define critérios e parâmetros para o acesso de pessoas com deficiência em edificações e espaços urbanos. Além da NBR 9050, outras normas brasileiras também contribuem para avanços na área, incluindo temas que vão desde sinalização tátil no chão até diretrizes para transporte coletivo acessível. Essas normas estabelecem um alicerce importante para a promoção de espaços culturais que garantam a inclusão e a autonomia de todos os indivíduos (ABNT, 2015).

Embora as normativas federais ofereçam uma base sólida, é importante destacar que muitos estados e municípios também adotaram legislações específicas que complementam as

¹ A instituição museológica, anteriormente considerada como espaço de conhecimento descritivo e armazenamento de curiosidades culturais, atualmente apresenta-se como espaço propício ao debate sobre cultura e identidade, servindo como canal de interlocução entre o público e o patrimônio (Souza, 2021, p. 77).

diretrizes nacionais e atendem às particularidades regionais. Tais legislações reforçam o compromisso de tornar o patrimônio cultural acessível e promover a valorização da diversidade, garantindo que instituições culturais atendam aos mais altos padrões de inclusão.

Organizações internacionais também desempenham um papel relevante nesse contexto. O Conselho Internacional de Museus (ICOM) destaca, em seu código de ética, que os museus devem adotar princípios de acessibilidade e inclusão, assegurando que suas instalações sejam acessíveis a todos, independentemente de suas habilidades ou limitações. As diretrizes do ICOM reforçam a importância de medidas que não apenas eliminem barreiras físicas, mas também promovam a diversidade cultural e a participação ativa de públicos variados (ICOM, 2013).

No entanto, apesar dos avanços significativos nas normativas e diretrizes, desafios importantes permanecem. A resistência à implementação de mudanças, limitações orçamentárias e a falta de conscientização entre gestores culturais são barreiras que precisam ser superadas. Como apontam Smith (2006) e Waterson e Smith (2010), a exclusão de saberes locais e comunitários do discurso dominante sobre o patrimônio perpetua desigualdades e sublinha a necessidade de abordagens participativas e inclusivas. Dessa forma, alinhar legislações, normativas e princípios de design universal é essencial para que o patrimônio cultural se torne, de fato, um recurso acessível e inclusivo para todos os indivíduos.

3. DESAFIOS PARA A ACESSIBILIDADE NO PATRIMÔNIO CULTURAL

A acessibilidade no patrimônio cultural enfrenta múltiplos desafios que abrangem dimensões arquitetônicas, cognitivas, comunicacionais e sociais, refletindo a complexidade de integrar princípios inclusivos em espaços tradicionalmente projetados para atender a um público limitado. Esses desafios são agravados pelas tensões entre a preservação histórica e a adequação necessária para promover ampla acessibilidade. Barreiras estruturais em edifícios históricos configuram-se como um dos principais obstáculos. Tais edificações, muitas vezes tombadas como patrimônio cultural, foram projetadas sem considerar as necessidades de acessibilidade. Escadas, corredores estreitos e a ausência de rampas ou elevadores são características comuns que limitam o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A adequação desses espaços apresenta dilemas complexos: preservar o valor estético e histórico versus assegurar o acesso universal. Soluções arquitetônicas inovadoras e reversíveis, como rampas móveis, elevadores externos discretos e sinalização adaptada, têm sido propostas para equilibrar essas demandas. No entanto, sua implementação ainda enfrenta resistências financeiras, culturais e, muitas vezes, políticas. Além disso, os custos elevados de intervenções podem ser um obstáculo significativo para pequenas instituições culturais ou localizadas em áreas economicamente desfavorecidas.

A adoção de tecnologias que respeitem a autenticidade dos espaços, como plataformas elevatórias invisíveis e materiais de construção que se integrem ao design original, pode minimizar os impactos estéticos das adequações. Essas iniciativas, no entanto, demandam uma conscientização maior por parte de gestores e legisladores culturais, bem como incentivos econômicos que facilitem sua execução. A acessibilidade comunicacional

constitui outro aspecto fundamental para a inclusão no patrimônio cultural. A ausência de recursos táteis, audiovisuais e interpretativos adequados em muitos espaços culturais exclui pessoas consideradas com deficiência visual ou auditiva. Neste sentido, as tecnologias como audioguias adaptados, sinalização em Braille, vídeos com tradução em Língua de Sinais e maquetes táteis são instrumentos fundamentais para democratizar o acesso ao patrimônio cultural. A carência de tais recursos não apenas reduz a experiência educativa de visitantes com deficiência, mas também perpetua sua exclusão de uma participação plena no ambiente cultural.

Além disso, a criação de conteúdos acessíveis enfrenta desafios relacionados à formação de equipes técnicas e à falta de investimento em tecnologias assistivas. A adoção de soluções digitais, como aplicativos móveis com recursos de audiodescrição e realidade aumentada, pode expandir significativamente as possibilidades de acessibilidade em espaços culturais. Contudo, para que essas soluções sejam efetivas, é imprescindível capacitar os profissionais envolvidos na gestão cultural para compreenderem e implementarem práticas inclusivas de maneira consistente. As barreiras sociais e econômicas também desempenham um papel decisivo na perpetuação das desigualdades de acesso ao patrimônio cultural. Como argumenta Zanirato (2020), a falta de financiamento adequado para medidas de acessibilidade é recorrente, especialmente em instituições menores ou localizadas em áreas periféricas. A ausência de políticas públicas robustas e de incentivos financeiros contribui para uma exclusão estrutural que afeta não apenas pessoas consideradas com deficiência, mas também comunidades economicamente vulneráveis.

Além disso, resistências culturais e a falta de conscientização sobre a importância da acessibilidade, tanto por parte de gestores quanto do público em geral, reforçam práticas excludentes. Superar essas barreiras requer uma mudança de mentalidade que compreenda a acessibilidade como um direito coletivo, diretamente ligado aos princípios de justiça social e equidade. Campanhas educativas e ações de sensibilização, tanto para gestores quanto para o público, são ferramentas indispensáveis para promover uma cultura de inclusão nos espaços culturais. Superar esses desafios exige um compromisso coletivo que integre governos, instituições culturais, profissionais e a sociedade civil em um esforço coordenado. Como sugerido por Smith (2006), a inclusão efetiva requer a incorporação de saberes locais e comunitários nos processos de patrimonialização. Envolver pessoas com deficiência no planejamento e na implementação de soluções acessíveis garante que essas medidas atendam às suas necessidades reais e promovam uma experiência cultural enriquecedora para todos.

Políticas públicas específicas, como subsídios para adequações estruturais, financiamento para desenvolvimento de tecnologias assistivas e formação de profissionais especializados, são indispensáveis para criar condições de acessibilidade. Além disso, parcerias entre o setor público, a iniciativa privada e organizações não governamentais podem acelerar a implementação de práticas inclusivas e ampliar seu impacto. Por fim, a promoção da acessibilidade no patrimônio cultural não deve ser vista apenas como uma obrigação legal, mas como uma oportunidade de celebrar a diversidade humana e promover a igualdade de oportunidades. Transformar o patrimônio cultural em um recurso verdadeiramente acessível a todos é essencial para que ele cumpra seu papel de agente de coesão social, aprendizado e

valorização da pluralidade cultural. Essa transformação é vital para consolidar o patrimônio cultural como um direito coletivo e um instrumento de desenvolvimento social inclusivo.

4 CASO DE SUCESSO – ACESSIBILIDADE NO MUSEU DE ARQUEOLOGIA REGIONAL: INTEGRAÇÃO, PRESERVAÇÃO E INCLUSÃO

O Museu de Arqueologia Regional (MAR), localizado na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), em Presidente Prudente, São Paulo, representa uma convergência entre pesquisa acadêmica, educação patrimonial e acessibilidade inclusiva. Desde sua inauguração em 2016, o MAR tem desempenhado um papel pioneiro na preservação do patrimônio arqueológico e na democratização do acesso à cultura, sendo reconhecido por integrar estratégias de inclusão que impactam tanto a comunidade local quanto a academia.

Essa trajetória inovadora tem suas raízes no Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da Paisagem (LAG), que há décadas desenvolve atividades voltadas à evidenciação, ao registro e à curadoria de materiais arqueológicos no estado de São Paulo. A atuação do LAG, que inclui estudos sobre patrimônio histórico e a restauração de vasilhas cerâmicas pré-históricas, contribuiu significativamente para a preservação e a divulgação da cultura de grupos indígenas, cuja importância é fundamental para a formação da identidade brasileira. A criação do MAR ampliou essa expertise, resultando na salvaguarda de um acervo expressivo de coleções arqueológicas provenientes de mais de uma década de pesquisas e atividades de educação patrimonial.

Com o intuito de democratizar o acesso ao conhecimento e garantir a igualdade de direitos, ações voltadas ao acesso à informação museológica vêm sendo realizadas em diversas instituições, seguindo normativas de acessibilidade e inclusão. Nesse contexto, o MAR destaca-se como um caso exemplar, integrando pesquisa acadêmica, gestão cultural e iniciativas inclusivas. Localizado na Rua Cyro Bueno, nº 40, no Jardim Morumbi, em Presidente Prudente, SP, o complexo inclui o Laboratório de Arqueologia Guarani e Estudos da Paisagem (LAG), sala de exposições, reservas técnicas, sala de informática, sala de reuniões e setor técnico administrativo. A sala de exposição “José Luiz de Moraes” oferece à comunidade materiais arqueológicos de grupos indígenas agricultores Guarani (grupo Tupi-Guarani), Kaingang e Kaiapó (Grupo Jê) pré-históricos, representados por cerâmicas, pedras lascadas e pedras polidas. Também estão em exposição artefatos de grupos caçadores-coletores, representados por pedras lascadas, como pontas de flecha, raspadores e furadores. Esses materiais apresentam contextos de sítios datados de 250 a 1.668 anos Antes do Presente (A.P.).

Figura 1 – Vista parcial da sala de exposições do MAR



Fonte: MAR, FCT-Unesp, 2019.

O LAG, além de sua atuação em pesquisas acadêmicas, mantém o foco na evidenciação e no registro de sítios arqueológicos no Estado de São Paulo. Suas atividades incluem a curadoria e o estudo de materiais líticos e cerâmicos pré-históricos, bem como de patrimônio histórico, como vestígios de edificações, louças, porcelanas, vidros e metais. Adicionalmente, o laboratório realiza o restauro de vasilhas cerâmicas indígenas pré-históricas, permitindo que essas peças sejam apresentadas à comunidade. O estudo de técnicas de restauro tem contribuído para a valorização e divulgação da cultura de grupos indígenas, ressaltando sua importância na formação da identidade cultural brasileira.

Além dos esforços em pesquisa e conservação, o MAR expande sua atuação para projetos de licenciamento ambiental e gestão do patrimônio arqueológico, realizando diagnósticos interventivos, prospecções, resgates e monitoramentos arqueológicos em contextos de grande impacto, como hidrelétricas, plantações de cana-de-açúcar e obras de saneamento básico. Essas iniciativas evidenciam o compromisso do museu em preservar o patrimônio cultural, conciliando-o com as demandas contemporâneas de desenvolvimento sustentável.

As visitas monitoradas têm como objetivos tornar conhecidas as etapas do trabalho do arqueólogo no campo e no laboratório, a origem e a história das peças em exposição e, ainda, informar sobre o modo de vida dos povos originários que, no pretérito, confeccionaram os objetos. Ainda são realizadas várias atividades socioeducativas, dentre elas:

- Assessorias relacionadas à proteção de sítios arqueológicos e montagem de museus arqueológicos e regionais;
- Na área da arqueologia histórica, o LAG/MAR tem realizado inventários de bens, tombados ou não, que correm risco de destruição, por iniciativa própria ou por solicitação de Ministérios Públicos de Presidente Prudente e região;

- Na área de educação patrimonial, o LAG/MAR tem ministrado palestras e cursos de atualização para professores de escolas públicas e particulares, produzindo materiais didáticos (livros, apostilas, power points e vídeos);
- Ainda atua na área da escola indígena da Aldeia Vanuíre, localizada no Município de Arco Íris, em projeto que ensina a comunidade indígena a produzir história oral, bem como ministrando cursos sobre temas por eles escolhidos;
- Pesquisas na área de sítios arqueológicos do Estado de São Paulo, contribuindo para a preservação, conhecimento dos vestígios, divulgação da importância desses vestígios, formação de alunos, bem como para o estabelecimento de um quadro a respeito dos Sistemas Regionais de Ocupação Indígena, do período pré-colonial aos dias atuais;
- Ações de Educação Patrimonial oferecidas em escolas, instituições de ensino e juntamente com projetos de arqueologia de contrato. São oferecidos cursos de confecção de potes em argila, pintura em cerâmica guarani e pintura rupestre.

Desde 2017, o Programa de Acessibilidade do MAR tem sido um marco de inclusão. Ao reunir pesquisadores com deficiência visual e uma equipe diversificada de bolsistas e estagiários, o programa estabelece um modelo inovador de integração. Pesquisadores cegos, por exemplo, participam ativamente do desenvolvimento de soluções acessíveis, contribuindo para exposições táteis, oficinas adaptadas e estratégias de comunicação inclusiva. Essa participação não apenas promove a inclusão, mas também valoriza a perspectiva desses indivíduos no aprimoramento das ações do museu.

Figuras 2 e 3 - Seleção de peças para exposição tátil



Fonte: Fonte: MAR, 2019, 2023.

As oficinas acessíveis são um ponto alto das iniciativas do MAR. Por ser a cerâmica Guarani um importante marcador cultural e ser muito expressiva ao toque, em razão da sua decoração plástica (La Salvia; Brochado, 1989), tomou-se por ponto de partida o trabalho com fragmentos de vasos cerâmicos. Com adaptações que incluem moldes em relevo, tintas com textura e assistência direta, atividades como modelagem de potes cerâmicos, pintura em réplicas de artefatos Guarani e reprodução de arte rupestre se tornam experiências transformadoras para pessoas com deficiência visual. Essas ações não apenas democratizam o

acesso ao patrimônio cultural, mas também promovem um ambiente de aprendizado que valoriza a pluralidade das experiências humanas.

Figuras 4 e 5 - Oficina adequada de modelagem de potes de argila



Fonte: MAR, 2023.

Figuras 6 e 7 - Oficina adequada de arte rupestre



Fonte: Fonte: MAR, 2023, 2024.

O LAG, que continua operando em sinergia com o MAR, também desenvolve projetos como o inventário de sítios arqueológicos, restaurando cerâmicas indígenas e criando materiais educativos. Em parceria com escolas públicas e privadas, o museu oferece palestras, cursos de formação para professores e atividades educativas que alcançam públicos diversos. Essa atuação em rede reforça o impacto do MAR na promoção da educação patrimonial, consolidando-o como um polo de referência no estado de São Paulo.

Outro avanço significativo foi a introdução de exposições táteis no acervo do MAR. Peças selecionadas da reserva técnica são preparadas para interação sensorial, permitindo que visitantes cegos interajam com o acervo de maneira significativa. A produção de placas em Braille, apesar dos desafios iniciais, é um exemplo de como o compromisso do museu com a acessibilidade resulta em inovações que beneficiam todos os públicos.

Figuras 8 e 9 - Produção de placas em Braille



Fonte: MAR, 2023.

Além das atividades internas, o MAR expande seu alcance por meio de exposições itinerantes e oficinas realizadas em escolas e instituições culturais da região. Essas ações, muitas vezes realizadas com materiais adaptados, ampliam o impacto das práticas inclusivas e promovem uma maior conscientização sobre a importância do patrimônio cultural e da acessibilidade.

Essas ações têm sido financiadas por importantes agências de fomento, como FAPESP, CAPES, CNPq e FUNEP, que têm apoiado a sustentabilidade e a ampliação das iniciativas do MAR. O suporte dessas instituições reforça o papel estratégico do museu como um espaço de inovação e inclusão no campo da preservação cultural.

O Programa de Acessibilidade do MAR demonstra que a inclusão é uma oportunidade de transformação, não apenas para as pessoas beneficiadas diretamente, mas também para a instituição como um todo. Pesquisadores, estagiários, gestores e o público em geral são impactados por essa abordagem inclusiva, que promove um diálogo entre diferentes perspectivas e reforça o papel do museu como agente de mudança social.

Ao longo de sua trajetória, o MAR consolidou-se como um exemplo de como práticas acessíveis podem ser integradas de maneira sustentável em instituições culturais. Seu compromisso com a inclusão, a educação e a preservação cultural não apenas amplia o acesso ao patrimônio, mas também redefine o papel dos museus como espaços democráticos e participativos. Esse caso de sucesso inspira outras instituições a seguir o mesmo caminho, mostrando que, com criatividade, dedicação e colaboração, é possível transformar o patrimônio cultural em um recurso verdadeiramente acessível e relevante para todos.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo destacou a importância da acessibilidade como um elemento central para transformar o patrimônio cultural em um recurso verdadeiramente inclusivo. Ao tomar como exemplo o Museu de Arqueologia Regional (MAR), foi possível evidenciar como práticas integradas e inovadoras podem redefinir o papel das instituições culturais na sociedade contemporânea. O estudo de caso do MAR ilustra, de forma prática e abrangente,

como o conceito de Patrimônio Cultural Inclusivo pode ser concretizado, indo além da preservação física de artefatos para criar experiências significativas e acessíveis para todos os públicos. Desde a adequação de espaços e atividades até a inclusão ativa de pessoas com deficiência no planejamento e execução de suas ações, o MAR demonstra como a acessibilidade pode ser transversal a todos os aspectos da gestão cultural.

A sinergia entre o MAR e o Laboratório de Arqueologia Guarani (LAG) reforça a capacidade transformadora da pesquisa aliada à prática inclusiva, gerando impacto social, cultural e acadêmico significativo. O envolvimento de pesquisadores com deficiência visual no desenvolvimento de soluções acessíveis, como exposições táteis e oficinas inclusivas, exemplifica como a inclusão ativa pode não apenas beneficiar diretamente essas pessoas, mas também ampliar a compreensão e o valor do patrimônio cultural para toda a sociedade. Esse caso de sucesso mostra como o patrimônio cultural pode ser um agente de integração social, promovendo igualdade de oportunidades e valorizando a diversidade humana.

Entre os principais resultados, destacam-se as soluções inovadoras implementadas pelo MAR, como exposições táteis, oficinas acessíveis e a produção de materiais didáticos adaptados. Essas iniciativas não apenas beneficiam pessoas com deficiência, mas também fortalecem a relação entre a instituição e a comunidade local. A abordagem centrada na inclusão de diferentes públicos permitiu que o MAR superasse barreiras tradicionais da museologia, demonstrando que o patrimônio cultural não deve ser restrito a um público específico, mas compartilhado amplamente como um bem coletivo. Esse modelo oferece um exemplo concreto de como políticas de acessibilidade podem ser implementadas de maneira criativa e eficiente, gerando benefícios amplos para todos os envolvidos.

O estudo abre caminhos para novas investigações que explorem experiências em diferentes instituições e enfoquem o impacto das políticas públicas no fortalecimento da acessibilidade em espaços culturais. Além disso, pesquisas que analisem a implementação de tecnologias assistivas em museus podem trazer insights adicionais para superar barreiras comunicacionais e cognitivas, contribuindo ainda mais para a expansão da inclusão cultural. O caso do MAR reforça a importância de articular ações locais com políticas públicas, demonstrando como o suporte institucional e os recursos de fomento, como os da FAPESP, CAPES, CNPq e FUNEP, são cruciais para a sustentabilidade e o alcance das iniciativas.

Com base nos resultados e nas discussões apresentadas, recomenda-se a ampliação de políticas públicas voltadas à acessibilidade em instituições culturais, incluindo o fortalecimento de incentivos financeiros para adequações estruturais e a capacitação de profissionais. Além disso, a criação de redes colaborativas entre instituições culturais, governos e organizações da sociedade civil pode acelerar a disseminação de boas práticas e promover a adoção de estratégias mais eficazes e inclusivas.

Em conclusão, o estudo reafirma que a promoção da acessibilidade no patrimônio cultural não é apenas uma necessidade legal, mas um compromisso ético e social que valoriza a diversidade e a equidade. O estudo de caso do MAR demonstra, com clareza, que a acessibilidade é um caminho poderoso para transformar o patrimônio cultural em um recurso inclusivo, relevante e democrático. Esse exemplo não apenas inspira outras instituições, mas também ressalta a urgência de transformar a inclusão em um pilar fundamental da gestão

cultural contemporânea. Assim, o MAR consolida-se como um modelo de Patrimônio Cultural Inclusivo, reafirmando que a cultura é, e deve ser, um direito de todos.

REFERENCIAS

BRASIL. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº 8.078**, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

ABNT. NBR 9050: Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; Ed. Unesp, 2001.

HEINICH, Nathalie. O Inventário: um patrimônio em vias de desartificação?. **Proa: Revista de Antropologia e Arte**, Campinas, SP, v. 5, 2014. DOI: 10.20396/proa.v5i.16486. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/proa/article/view/16486>. Acesso em: 02 dez. 2024.

ICOM. **Código de Ética para Museus**. Paris: ICOM, 2013. Disponível em: <https://icom.museum>. Acesso em: 02 dez. 2024.

LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. **Cerâmica Guarani**. 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

LOWENTHAL, D. Natural and Cultural Heritage. **International Journal of Heritage Studies**, v.11, n.1, p.81-92, March 2005.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html>. Acesso em: 02 dez. 2024.

POULOT, D. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SMITH, L. **Uses of Heritage**. New York: Routledge, 2006.

SOUZA, G. P. O. de. **Contribuições da instituição museológica para História Ambiental, Educação Ambiental e Patrimonial**: o Ecomuseu de Mirante do Paranapanema, SP, Brasil. Tese. (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2021.

UNESCO. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**, 1972. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao1972%20-%20br.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2024.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**, 2003. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por. Acesso em: 02 dez. 2024.

WATERSON, E.; SMITH, L. The recognition and misrecognition of community heritage. **International Journal of Heritage Studies**, v.16, n.1-2, p.4-15, 2010.

ZANIRATO, S. H. Paisagem cultural e espírito do lugar como patrimônios. Em busca de um pacto social de ordenamento territorial. **Revista CPC**, n.29, junho de 2020.

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Ao descrever a participação de cada autor no manuscrito, utilize os seguintes critérios:

- **Concepção e Design do Estudo:** Graziella Praça Orosco de Souza.
 - **Curadoria de Dados:** Graziella Praça Orosco de Souza.
 - **Análise Formal:** Graziella Praça Orosco de Souza e Fernando Lopes da Silva.
 - **Aquisição de Financiamento:** Fernando Lopes da Silva.
 - **Investigação:** Graziella Praça Orosco de Souza e Fernando Lopes da Silva.
 - **Metodologia:** Graziella Praça Orosco de Souza e Fernando Lopes da Silva.
 - **Redação - Rascunho Inicial:** Graziella Praça Orosco de Souza.
 - **Redação - Revisão Crítica:** Fernando Lopes da Silva e Neide Barrocá Faccio.
 - **Revisão e Edição Final:** Sandra Medina Benini.
 - **Supervisão:** Sandra Medina Benini.
-

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Nós, Graziella Praça Orosco de Souza, Fernando Lopes da Silva, Neide Barrocá Faccio e Sandra Medina Benini e, declaramos que o manuscrito intitulado "Patrimônio cultural inclusivo: desafios e oportunidades para acessibilidade":

1. **Vínculos Financeiros:** Não possui/possui vínculos financeiros que possam influenciar os resultados ou interpretação do trabalho. Este trabalho foi financiado por FAPESP.
 2. **Relações Profissionais:** Não possui relações profissionais que possam impactar na análise, interpretação ou apresentação dos resultados. Nenhuma relação profissional relevante ao conteúdo deste manuscrito foi estabelecida.
 3. **Conflitos Pessoais:** Não possui conflitos de interesse pessoais relacionados ao conteúdo do manuscrito. Nenhum conflito pessoal relacionado ao conteúdo foi identificado.
-